

# CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA EM TEMPO INTEGRAL DO RECIFE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Sarah Porto da P. B. Pereira, UFRPE/Fundaj, sarah.porttop@gmail.com

Cibele Maria Lima Rodrigues, Fundaj, cibeledrodrigues@fundaj.gov.br

Matheus H. M. Cavalcanti, UFPE, matheus.cavalcanti@gmail.com

## *Introdução*

O tema da educação em tempo integral está repleto de controvérsias visto que, como afirma Giolo (2012), no contexto do Brasil, já havia uma educação integral para as elites, a partir dos internatos nos colégios católicos que depois se transformou na oferta de cursos de línguas, artes, dentre outros. Entretanto para as classes populares, a oferta educacional sempre foi minimalista, expressando a negação dos direitos (Cavaliere, 2009). Algumas controvérsias envolvem o debate da ampliação do tempo escolar que se insere em um contexto mais amplo, dominado pelo neoliberalismo que impôs o Estado mínimo (para as políticas sociais) e transferência de recursos estatais para o setor privado por meio das privatizações. No caso da política educacional, essas contradições se agravam com os diferentes processos de privatização endógena e exógena (Ball e Youdell, 2008) e da chamada Nova Gestão Pública.

Uma das tentativas de implementar a educação em tempo integral, que obteve maior êxito, foi com o Programa Mais Educação implementado no governo Lula, no ano de 2007. Essa agenda desapareceu no governo Bolsonaro (2019-2022). A proposta foi retomada no ano de 2023 (governo Lula), que sancionou a lei que criou o programa Escolas em Tempo Integral, que atenderá estados e municípios, e objetiva ampliar o número de vagas em tempo integral nas escolas públicas de educação básica. Como afirma Moll (2012), em todo o país, a escola de dia inteiro já vem sendo gestada, por meio de propostas que marcam a originalidade e a imaginação institucional.

Nesse contexto, a pesquisa em tela analisa a política municipal do Recife para os anos iniciais do ensino fundamental, sob a perspectiva da gestão escolar dentro de uma lógica de privatização (Ball e Youdell, 2008), participe de uma lógica que beneficia as parcerias com instituições privadas (Adrião; Croso; Marin, 2022) e promove uma gestão por resultado alinhada com a Nova Gestão Pública (NGP) (Lira; Marques, 2019). O município do Recife possui atualmente (2024) quatro escolas em tempo integral de anos iniciais do ensino fundamental.

### *Escolas de tempo integral em Recife*

Foi no ano de 2014 com a criação do Decreto 27.717 de 03 de fevereiro, que instituiu o Programa das Escolas Municipais em Tempo Integral, inicialmente voltada para os anos finais do ensino fundamental. Só em 2019, é promulgada a Portaria nº 2103 de 27 de dezembro, que determina o funcionamento das escolas de anos iniciais. Atualmente, o município conta com quatro Escolas em Tempo Integral (EMTIs) de anos iniciais do ensino fundamental (conforme descrito no quadro seguinte).

*Quadro 1 - Quantitativo de turmas e estudante das EMTIs do Recife anos iniciais EF*

Escola	Quantidade de Turmas	Quantidade de Estudantes
A	8	146
B	8	147
C	11	253
D	7	159

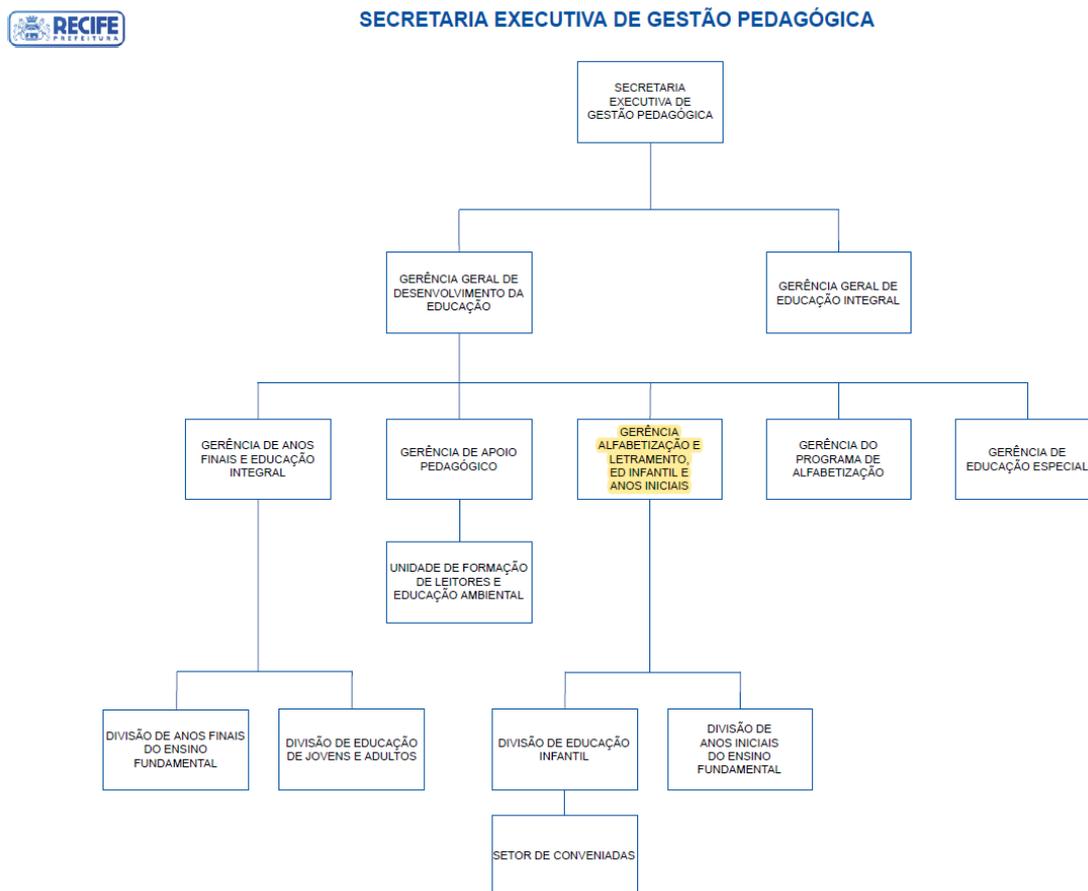
Fonte: Secretaria de Educação do Recife

A metodologia da pesquisa possui caráter qualitativo e pode ser definida como um estudo de caso, por entender que o município do Recife possui uma política em tempo integral voltada para os anos iniciais do ensino fundamental. Realizamos entrevistas semiestruturadas com: atores da secretaria de educação do município para compreender a concepção da secretaria sobre tal política; com três gestoras e uma vice gestora das instituições; e, análise dos documentos que orientam tal política. Para análise dos dados utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes & Galiazzi, 2006). Os resultados aqui apresentados representam um recorte da pesquisa.

As EMTIs são acompanhadas pelo Núcleo das Escolas Municipais de Tempo Integral Anos Iniciais, que está submetido à Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica, uma subdivisão da Secretaria de Educação do Recife. Dentre as atividades que realizam estão: revisão das ementas; atividades complementares; visita às escolas; orientação às escolas das atividades que devem ser desenvolvidas para o cumprimento de tempo integral; acompanhamento das formações.

De acordo com o organograma oficial da prefeitura do Recife a Gerência de Alfabetização e Letramento, educação Infantil e Anos Iniciais (GALEIAI), possui apenas a Divisão de Educação infantil (DEI) e a Divisão de Anos Iniciais (DAI), mas é situado dentro da GALEIAI o Núcleo das Escolas Municipais de Tempo Integral Anos Iniciais. De acordo com informações da coordenadora do Núcleo, ele não está posto no organograma. De alguma forma, essa ausência na estrutura representa que essa implantação ainda não tem relevância no contexto da política. Isso porque apesar de haver, a Gerência Geral de Educação Integral e a Gerência de Anos Finais e Educação Integral, ambas tratam apenas dos anos finais. O Núcleo das EMTIs responde diretamente a outra gerência e não se relaciona com as outras duas gerências citadas anteriormente (conforme figura seguinte).

Figura 1 - Organograma da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica



Fonte: site prefeitura do recife (2024)

Além da Portaria nº 2103 de 27 de dezembro de 2019, que regem as EMTIs de anos iniciais, as escolas possuem uma Matriz Curricular de Referência, que oferta no turno regular as disciplinas do currículo poderoso, segundo Michael Young (2007): língua portuguesa, arte, educação física, matemática, ciências, história e geografia. No contraturno são ofertadas

atividades complementares: orientação e estudos; comunicação e linguagem; iniciação à pesquisa científica; jogos matemáticos; ambiente e saúde; tecnologia educacional; e, projeto de vida. Tanto as disciplinas do turno regular quanto às atividades complementares são ministradas pelas docentes da instituição, a diferença é que no turno regular cada docente atua como polivalente em uma turma fixa, e no horário da tarde cada uma assume uma complementar, e aí ocorre um rodízio com as turmas da unidade. A partir das entrevistas a secretaria aponta como referencial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Portanto, a situação de implementação da prática pelo município de Recife mimetiza a gestão que foi prática do Partido Socialista Brasileiro (PSB) estado de Pernambuco, ecoando as problemáticas provocados pela implementação das políticas alinhadas à NGP, elegendo o resultado por resultados como objetivo final do processo educativo (Lira; Marques, 2019)

### *Conclusões*

A política em tempo integral do Recife para os anos iniciais do ensino fundamental, apresenta diversas contradições inseridas no contexto mais amplo do capitalismo. As formações da rede são realizadas pela Escola de formação Paulo Freire do município, entretanto, as formações voltadas para a educação integral são realizadas nas próprias instituições e são ofertadas por empresas privadas. Isso porque já existe um processo de privatização mais brando em Recife com a atuação da Fundação Lemann, de acordo com Adrião; Croso; Marin (2022).

Todas escolas municipais estão inseridas nos sistemas de avaliação, nacional e municipal, com inclusão de um salário bônus como política de incentivo. Essa inserção faz com que a atenção se volte para a “preparação” para participar delas - reforçando a lógica gerencialista da NGP que visa a obtenção de resultados e busca a eficiência em detrimento de uma formação integral.

### *Referências*

ADRIÃO, T.; CROSO, C.; MARIN, T. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os “Pactos” dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. Currículo Sem fronteiras, 2022.

BALL, S e YODELL, D. La privatización encubierta en la educación pública. Instituto de Educación, Universidad de Londres. Bruselas. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em aberto. Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63. abr. 2009.

GIOLO, J. Educação em tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil. Porto Alegre: Penso, 2012.

LIRA, I. S.; MARQUES L. R. Responsabilização educacional no contexto da gestão por resultados: uma análise da experiência pernambucana (2007-2014) Políticas educacionais no estado de Pernambuco: discursos, tensões e contradições. [recurso eletrônico]. Ana Lúcia Felix dos Santos, Edson Francisco de Andrade, Luciana Rosa Marques (organizadores). – Recife: Ed. ANPAE, 2019.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos (Org. Jaqueline Moll et all.). Porto Alegre: Penso, 2012.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. Ciência & Educação, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.